

Parlamentares
querem evitar
conflito no Pará

Página 7



Moisés Meniz

Alvaro Dias é
presidente da CPI
Mista da Terra

CPI apura no
Ceará denúncias
de turismo sexual

Página 5



Célio Azevedo

Patrícia Saboya
preside a CPI da
Exploração Sexual

Cinco medidas provisórias trancam pauta do Plenário

O Plenário pode votar esta semana cinco MPs. A primeira trata do recolhimento do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante. Outra refere-se ao repasse de recursos da Cide. A terceira medida cria a conta corrente para investimento. Há uma que aumenta o capital social do Banco do Brasil. A Companhia Energética do Maranhão é tema da última medida provisória.

Página 5

Bancos estão fraudando a CPMF, denuncia Antero de Barros

O senador Antero Paes de Barros denunciou sexta-feira fraude na cobrança da CPMF. Grandes bancos, inclusive o Banco do Brasil, disse, estariam permitindo a empresas realizarem operação sem recolher a contribuição. Em requerimentos, o senador pede esclarecimentos do caso ao ministro da Fazenda, ao secretário da Receita e ao presidente do Banco do Brasil.

Página 5

Comissão decide sobre parceria público-privada

Projeto que institui regras para contratação pelo Estado de serviços ou empreendimentos pode ser votado amanhã pela Comissão de Assuntos Econômicos



José Cruz

A proposta do Executivo que institui as parcerias público-privadas (PPPs) é relatada por Valdir Raupp, que sugeriu mudanças para aprimorar o texto. Raupp diz que percebeu, em reuniões com autoridades e representantes do setor privado, "uma demanda por maior ênfase na responsabilidade fiscal, melhor delimitação do campo de atuação das PPPs e elevação das garantias do setor privado".

Página 3

PAUTA Os senadores da CAE podem examinar ainda a proposta do Estatuto da Igualdade Racial



Dia Mundial sem Tabaco: veja como deixar o vício

Página 8

Instituto Nacional do Câncer indica
métodos para abandonar o cigarro

Roque de Sá





CRÍTICA Para Sérgio Guerra, esta é mais uma ação do governo Lula que precisa ser alterada

Programa de microcrédito "não decolou", afirma Guerra

O programa de microcrédito para pessoas físicas criado pelo governo no ano passado, destinado a atender a população de baixa renda como alternativa para fugir aos altos juros cobrados pelas financeiras, "não decolou". A constatação é do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), que informou que nem mesmo o Banco do Brasil (BB) está oferecendo a linha de crédito, em suas agências espalhadas pelo país.

O parlamentar lastimou ser esse mais um programa criado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que não está funcionando, necessitando, portanto, de imediatas alterações.

Errata

Ao contrário do que noticiou o *Jornal do Senado* na edição de sexta-feira, o Congresso não derrubou 29 vetos presidenciais na sessão do último dia 20. Os deputados e senadores mantiveram todos os vetos em apreciação, sendo que 29 deles foram excluídos da votação, conforme requerimento aprovado no início da sessão.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Agenda

Senadores discutem amanhã recursos para Marinha Mercante

O Plenário realiza hoje, a partir das 14h30, sessão não deliberativa, sem a votação de matérias. Amanhã, no mesmo horário, os parlamentares analisam medidas provisórias que, por terem prioridade, trancam a pauta da Casa. A primeira delas (MP 177/04) trata do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) e do Fundo da Marinha Mercante (FMM).



Parlamentares estrangeiros visitam o Interlegis

O Programa Interlegis, uma parceria entre o Congresso Nacional e o Banco Mundial para a modernização do Legislativo, recebe hoje, a partir das 11h, visita oficial de representantes do parlamento do Uruguai e da União Européia. A comitiva, composta de diretores e analistas legislativos, está em visita ao Brasil a convite da Câmara dos Deputados.

Comissão de Assuntos Econômicos continua análise do PPP

O projeto (PLC 10/04) que estabelece normas a licitação e contratação de parceria público-privada (PPP) na administração pública continua a ser discutido

pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que se reúne amanhã, a partir das 10h. Os senadores da CAE já apresentaram mais de quarenta emendas

ao texto. A proposta ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de ir à votação no Plenário.

CPI da Exploração Sexual realiza audiência em Fortaleza

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual realiza amanhã audiências públicas na Assembléia Legislativa de Fortaleza, com o objetivo de discutir o turismo sexual na cidade. Esta é a última reunião externa da comissão, que já realizou cerca de quinze audiências pelo país.

Projeto que cria bolsa para atletas na pauta da CE

A Comissão de Educação (CE) vota amanhã, às 11h, projeto (PLC 22/04) que cria a Bolsa-Atleta, benefício destinado aos atletas que praticam esportes olímpicos e paraolímpicos, bem como naquelas modalidades vinculadas ao Comitê Olímpico Internacional (COI) e ao Comitê Paraolímpico Internacional. O projeto é de autoria do atual ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, quando ainda era deputado. A comissão também discute projeto (PLS 263/02) que altera as normas para concessão de incentivos fiscais à cultura.



Demarcação de terra em MS

A Comissão Especial que investiga a demarcação de terras indígenas no país vai discutir na quarta-feira, às 17h, o relatório parcial sobre as reservas indígenas no estado do Mato Grosso do Sul, resultado de viagem dos parlamentares ao local. Foram ouvidos líderes indígenas e outras autoridades.

Fórum sobre qualidade de vida

Será realizada amanhã no auditório do Interlegis, às 9h, a cerimônia de abertura do 1º Fórum "Qualidade de Vida no Setor Público - Transformando as Instituições". O evento é uma iniciativa da Secretaria de Recursos Humanos do Senado Federal, em parceria com o Instituto Brasileiro de Qualidade de Vida (IBQV).

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



ESTÍMULO Setor precisa de incentivos para gerar emprego e renda, defende Pedro Simon

Simon pede crédito a juros baixos para a indústria

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) registrou sua participação em reunião promovida pelas federações industriais do Paraná (Fiep), de Santa Catarina (Fiesc) e do Rio Grande do Sul (Fiergs), no último dia 19, durante a qual parlamentares das bancadas federais dos três estados conheceram o estudo "Agenda Legislativa da Indústria". Simon ressaltou que o setor precisa ser incentivado, por meio de crédito a juros baixos, para que possa crescer e gerar empregos e renda.

Na avaliação do senador, a vulnerabilidade externa e a dependência do capital especulativo internacional são trágicas para o Brasil. Ele apelou ao presidente Lula para que estimule partidos políticos, igrejas, universidades, trabalhadores e empresários a firmarem um compromisso em torno da renegociação da dívida externa.

– Não é possível que continuemos a pagar bilhões de dólares em juros. No ano passado pagamos cerca de R\$ 150 bilhões. Um terço desse dinheiro resolveria o problema da fome no Brasil, tirando o país da triste condição de pior distribuição de renda do mundo. De pouco adiantarão novas leis, por mais inovadoras que sejam, se a questão essencial, que é a política econômica dependente, não for alterada.

Entendimento

Um novo pacto federativo para o país, baseado na cooperação e não na competição entre os entes federados, também foi proposto por Simon. O parlamentar analisou que é preciso acabar com a guerra fiscal entre os estados para atrair investimentos. Como os estados vivem uma crise financeira sem precedentes, Simon defendeu a necessidade de uma renegociação de suas dívidas.

Augusto quer correção da tabela do Imposto de Renda

Moreira Meniz



EFEITO COLATERAL "Taxação aumenta injustiça que sufoca o país", ressaltou Augusto Botelho

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) reforçou na sexta-feira a cobrança que vem sendo feita por outros parlamentares para que o governo federal corrija a tabela do Imposto de Renda (IR). Para o senador, essa é uma obrigação a ser cumprida pelos que estão hoje no poder.

– Essa taxaçoão incide sobre rendimentos mais baixos, provocando como efeito colateral o aumento da concentração de renda e a injustiça que sufoca o país – ressaltou Augusto.

Para piorar a situação, disse o senador, foi prorrogada a manutenção da alíquota de 27,5% de desconto para 2004. Outro agravante, acrescentou ele, é que gastos anteriormente contemplados como abatimentos na renda bruta do declarante não são mais considerados ou tiveram seus valores fortemente reduzidos. A consequência, protestou Augusto Botelho, é que mesmo uma pessoa que não tenha tido elevação de renda em "um centavo sequer" terá maior imposto a pagar.

Alberto Silva: prefeitos precisam de apoio para cumprir a LRF

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) pediu na sexta-feira que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário ajudem os prefeitos que estão enfrentando dificuldades para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Entre outras exigências, essa lei pune governantes que não respeitam os percentuais de destinação de verbas para saúde e educação. O senador afirmou que os prefeitos, muitas vezes, são obrigados a usar dinheiro para medidas emergenciais e para geração de empregos. Por isso, são enquadrados na LRF.

– Toda nação organizada nasce no município. É claro que a responsabilidade fiscal tem que ser respeitada. Mas a maioria dos prefeitos não tem preparo suficiente para garantir eficiência no cumprimento dessa legislação. Num momento desses, Executivo, Legislativo e Judiciário precisam entender que é necessário ajudar os prefeitos, em vez de prendê-los – afirmou.

Alberto Silva sugeriu uma revisão na legislação de responsabilidade fiscal e também opi-

Com a falta de correção da tabela e das deduções, cerca de 6 milhões de trabalhadores que deveriam estar na faixa de isenção se transformaram em contribuintes, segundo dados do Sindicato Nacional dos Auditores da Receita Federal (Unafisco) destacados por Augusto. Outros 6 milhões de trabalhadores tiveram a carga do Imposto de Renda elevada, alguns em até 200%, acrescentou o senador, ressaltando que o "Leão" abocanhou, de 1997 a 2001, R\$ 14,5 bilhões a mais do que a carga estipulada pela Lei 9.250/95, que trata do Imposto de Renda das pessoas físicas.

Em aparte, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) assinalou que a correção da tabela é um compromisso descumprido pelo governo federal.

nou que o Judiciário deveria manter assessores nas prefeituras para informar aos prefeitos o que eles não podem fazer.

– Dizem que a pessoa tem que conhecer a lei, mas às vezes os prefeitos são pessoas de pouca instrução – afirmou. Em aparte, Alvaro Dias (PSDB-PR) concordou que muitos prefeitos são pouco preparados e a lei é muito rígida.

Para solucionar a questão da reforma agrária, Alberto Silva sugeriu que sejam arrendadas terras, com registro na junta comercial, formando uma sociedade por cotas para os lavradores. O senador José Jorge (PFL-PE) apoiou a sugestão.

Moreira Meniz



FALTA DE PREPARO Para Alberto Silva, é preciso ajudar e não prender os prefeitos

Parceria público-privada pode ser votada na CAE

Comissão examina substitutivo a projeto do Executivo que trata da contratação de serviços pelo Estado

Genito Magela



TRANSPARÊNCIA Relator da proposta, Raupp acolheu emendas para aprimorar texto

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pode votar amanhã projeto que institui as parcerias público-privadas (PPPs). De autoria do Executivo e relatado no Senado por Valdir Raupp (PMDB-RO), o projeto (PLC 10/04) trata da contratação pelo Estado de serviços ou empreendimentos, dividindo riscos com o setor privado.

A matéria será examinada pela CAE na forma de substitutivo elaborado por Raupp como forma de aprimorar o texto aprovado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). "Nas reuniões que tive com autoridades e representantes do setor privado, observei uma clara demanda por maior ênfase na responsabilidade fiscal, melhor delimitação do campo de atuação das PPPs e elevação das garantias do setor privado",

diz Raupp.

O senador decidiu, por esse motivo, propor que a nova lei determine às sociedades que se formarem para constituir uma parceria a adoção de contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas de acordo com normas a serem expedidas pelo Executivo. Essas sociedades também terão de comprovar, dentro do molde de controle das contas públicas, que as despesas criadas não afetarão as metas de resultados fiscais requeridas pela Lei de Respon-

sabilidade Fiscal.

Além disso, Raupp propõe que seja suprimido artigo que permite aos empresários parceiros utilizarem precatórios nas licitações. Já os pagamentos efetuados pelos parceiros privados não poderiam ser empregados pelo governo para custear despesas correntes.

Outra alteração proposta pelo relator é a de que o Poder Legislativo se manifeste "de modo impositivo" sobre a composição do órgão que fixará os procedimentos para a contratação de PPPs.

Cade

Estão ainda na pauta da CAE a indicação de Luis Fernando Rigato Vasconcellos para exercer o cargo de integrante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); o projeto de lei de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) que institui o Estatuto da Igualdade Racial (PLS 213/03); e o projeto de lei apresentado pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) que trata das cooperativas de crédito (PLS 336/03), entre outras propostas.



AUDITORIAS Parlamentares da CMO podem votar a liberação de recursos para a retomada de obras

Orçamento examina avisos do TCU

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza amanhã sua segunda reunião sob o comando da nova mesa, presidida pelo deputado Paulo Bernardo (PT-PR), que, pelo critério de alternância entre Câmara e Senado, substituiu o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). A comissão irá analisar oito avisos, dos quais quatro com resultados de auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) recomendando a liberação de recursos federais para a retomada de obras.

Entre os que autorizam a liberação de recursos, dois avisos

referem-se a verbas inscritas em restos a pagar para obras como a construção de pontes nas rodovias BR-319 e BR-364, em Rondônia, e a ampliação dos molhes do porto gaúcho de Rio Grande. Os outros dois avisos são relativos a auditorias realizadas para verificar se foram corrigidas irregularidades na construção de ponte sobre o Rio Cocó e a via urbana, no Anel Rodoviário de Fortaleza, e sobre parte das obras de restauração da rodovia BR-259, no Espírito Santo.

Há ainda dois requerimentos para audiências com autorida-

des do governo, sendo um deles para convocar o ministro da Previdência, Amir Lando, para esclarecer questões decorrentes da diferença verificada em benefícios previdenciários provocada por planos econômicos. O outro requerimento pede nova reunião com comissões temáticas para ouvir o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, cumprindo o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O relatório final sobre a LDO deve ser votado até o dia 15 de junho, de acordo com o cronograma original.

Márcia Kalline



ÊXITO Fátima Cleide destaca mostra em Londres sobre produtos brasileiros

Fátima Cleide registra evento sobre o Brasil

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) ressaltou o evento Brasil 40º, promovido pela loja de departamentos Selfridges, em Londres, que está expondo, em cinco andares, mais de 600 produtos brasileiros, entre calçados, jóias, roupas, cosméticos, alimentos, móveis, objetos de decoração e CDs. Segundo a senadora, a escolha do Brasil pela loja deve-se, em grande parte, ao trabalho “minucioso e convincente” do embaixador brasileiro José Maurício Bustani, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores.

Segundo Fátima Cleide, uma iniciativa complementar ao evento foi idealizada pela embaixada com a finalidade de apresentar os valores culturais do Brasil por meio das artes plásticas, da música erudita e popular, da literatura, da dança e da gastronomia.

– A seriedade e o espírito público do embaixador brasileiro possibilitaram que o público britânico, de forma nunca vista antes, despertasse para a riqueza e diversidade de nossa cultura – acrescentou.

Repercussão

Fátima destacou, ainda, que o Brasil foi citado em segundo lugar na lista da última revista *Vogue* inglesa sobre o que vale a pena ver e ouvir a respeito de moda. Ela salientou que a exposição de jóias, com a participação de 14 *designers* brasileiros, foi um verdadeiro sucesso.

– Este Momento Brasil é sem dúvida altamente significativo para as relações comerciais, culturais e políticas entre o país e o Reino Unido. Há uma sinergia entre empresários, entidades representativas do setor produtivo e organismos oficiais federais que inscreveram um Momento Brasil em Londres de forma extremamente positiva e contagiante – afirmou.

Paim: senadores podem mudar valor do mínimo

■ Ele diz que o STF caminha para derrubar taxação dos inativos prevista na reforma da Previdência

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse em Plenário, na sexta-feira, que somou 53 possíveis votos de senadores a favor de um salário mínimo superior aos R\$ 260 fixado pelo governo.

– Pelas informações que recebi, o PFL votaria em um salário mínimo acima, somando 17 votos; o PSDB teria 12; o PDT, cinco; o PL, três; o PSB, três; o PPS, dois; o PMDB, sete votos – um terço da bancada do PMDB votaria com essa posição –; o PT, três votos. E a senadora sem partido (Heloísa Helena), um voto. No total, são 53 votos.

Paim afirmou que, mesmo admitindo que 10% a 12% dos votos computados por ele sejam dados para a proposta do governo, ainda assim haveria “mais do que o suficiente para somar os 41 votos necessários à aprovação de um substitutivo global em relação à medida provisória que fixa o salário mínimo em R\$ 260”.

O parlamentar leu ainda manifesto assinado por 20 deputados federais e uma senadora, Serys Slhessarenko (MS), todos do PT, favorável à elevação do mínimo. O senador ga-



ESFORÇO Em encontro com Paulo Paim (E), dirigente de confederação de aposentados anunciou movimento por aumento maior do salário

úcho ainda considerou “esdrúxula” a proposta de extinguir a unificação do salário mínimo em todo o país.

Inativos

Segundo Paulo Paim, a tendência do Supremo Tribunal Federal (STF) é rejeitar a contribuição previdenciária de 11% para os servidores inativos e pensionistas. Na opinião do senador, o voto “claro e consciente” da relatora, ministra Ellen Gracie Northfleet, contrário à cobrança, demonstra que o STF caminha para derrubar essa taxação.

Ele observou que já alertara sobre a possibilidade de o STF rejeitar a proposta do governo, aprovada no ano passado pelo Congresso. O motivo, assinalou, está no fato de que a cobrança previdenciária dos inativos e pensionistas “representa uma bitributação, fere o di-

reito adquirido e a própria Constituição, além de contrariar o Estatuto do Idoso”.

Movimento

Após o pronunciamento em Plenário, Paulo Paim recebeu em seu gabinete o presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), João Lima, para discutir o novo valor do salário mínimo.

– A Cobap representa 25 milhões de aposentados e, no dia da votação, eles dizem que conseguirão trazer 3 mil aposentados. A sociedade está organizada. Se o PIB está crescendo, o país está ficando mais rico. Se o PIB vai subir 4,5% este ano, poderemos reajustar o salário mínimo para R\$ 300 – afirmou o senador. “Se a Câmara não alterar o valor do mínimo, confiamos em que o Senado vai alterar”, frisou.

Governo lesa direitos sociais, diz Efraim

Ao contrário do que pregou durante a campanha eleitoral, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva promove a maior investida contra os direitos sociais e trabalhistas da história, sustentou, em discurso sexta-feira, o senador Efraim Morais (PFL-PB). Ele citou como exemplo o pequeno aumento do salário mínimo; a não-votação da PEC paralela, que alivia os efeitos da reforma da Previdência; a falta de correção da tabela do Imposto de Renda e a anunciada reforma da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

– Para espanto e decepção da maioria que elegeu o presidente, tem sido a questão social a mais negligenciada entre as prioridades governamentais. O que se percebe é que o atual governo, que não tem projeto



RELATÓRIO Para Efraim Morais, a atual administração curvou-se ao discurso monetarista

para o país, curvou-se ao discurso monetarista e exerce o papel de covetor da cidadania, suprimindo direitos e estabelecendo retrocessos que nem os governos militares cogitaram fazer.

No caso do salário mínimo,

fixado em R\$ 260, Efraim ressaltou a dificuldade do comando do PT de convencer sua bancada. Ele excluiu Paulo Paim (PT-RS) – que presidia a sessão –, dentre os que defendem o valor determinado pelo governo, e exaltou a sua luta histórica em defesa da concessão de um salário maior.

– O que se constata é que há aí um imenso estelionato eleitoral. Não foi nada disso que o candidato Lula prometeu a seus eleitores. Se estes desconfiassem do que os aguardava, seguramente não lhe teriam dado o voto – afirmou o parlamentar, que cobrou ainda uma solução para as dívidas dos pequenos agricultores. Em apertes, ele recebeu apoio dos senadores Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

José Jorge aponta pressão sobre o STF

A visita do ministro da Previdência, Amir Lando, ao Supremo Tribunal Federal para reforçar os argumentos do governo a favor da taxação de 11% dos inativos foi criticada por José Jorge (PFL-PE). Ele lembrou que a votação da ação contra a cobrança já está em andamento e não caberia ao Executivo interferir no processo.

– O governo deve deixar que o STF julgue sem pressões e de forma tranqüila se é ou não inconstitucional a cobrança de contribuição dos inativos. Porque, se ao governo é dado o direito de interferir no meio de uma votação, também é dado aos aposentados o direito de ir ao tribunal para apresentar os seus argumentos – afirmou o parlamentar pernambucano.

Virgílio pede menos euforia com crescimento

O crescimento de 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB) de janeiro a março, em relação ao mesmo período do ano passado, não passa de “reposição cíclica”. A avaliação é do senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, que em discurso no Plenário recomendou menos euforia.

– O governo precisa aprender a se moderar nas euforias primárias. Quando o governo diz que houve crescimento de 3%, assume um compromisso drástico. Se formos analisar seriamente, o crescimento do ano passado foi zero e nos primeiros meses deste ano também foi zero. Isso não é crescimento, é reposição cíclica.

A situação, disse Virgílio, é semelhante ao caso da Argentina, que, após perder 20% do Produto Interno Bruto (PIB) em dois anos, saiu anunciando crescimento substancial. Isso, afirmou, “é meramente tentar voltar ao patamar anterior”. Em aparte, José Jorge (PFL-PE) disse que, como ex-professor de Estatística, considera que o crescimento é medíocre.



Para Virgílio, atual crescimento é reposição cíclica

Antero denuncia fraude na cobrança da CPMF

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) denunciou, na sessão plenária de sexta-feira, fraude na cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), feita por grandes bancos comerciais e até pelo Banco do Brasil. Ele pediu providências ao Senado para estancar essa nova "vampiragem" que vem causando prejuízo de bilhões de reais aos cofres públicos. O esquema, explicou, consiste na permissão de pagamento de títulos e impostos com cheques de terceiros, o que é vedado ao cidadão comum. Dessa maneira, o cliente especial não recolhe os 0,38% da CPMF. "Isso é sonegação, é crime, somente possível com a convivência dos bancos", denunciou.

—Vamos arregaçar as mangas. O Senado não pode fechar os olhos diante de uma fraude dessa magnitude em relação a recursos da CPMF, destinados justamente à saúde da população. Quem sabe se, com essa sangria de recursos estancada, não sobra um dinheirinho a mais para melhorar os índices

Senador requer informações

Antero Paes de Barros apresentou requerimento de informação para que o Senado tome providências em relação à fraude da sonegação do pagamento da CPMF. O senador afirmou ser quase impossível avaliar o montante do imposto sonegado, mas lembrou que 26% das autuações fiscais da Receita Federal contra os bancos em 2003 — num valor pouco superior a R\$ 1 bilhão — tiveram por base sonegação da CPMF.

Antero solicitou informações ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para que informe se tem conhecimento de que o Banco do Brasil permite a clientes especiais o pagamento de compromissos com cheques de terceiros.

Em outro requerimento, o



COBRANÇA Antero pede providências ao Senado para estancar "vampiragem"

de aumento do salário mínimo — observou.

Segundo o senador Antero, o mais grave é que o próprio Banco do Brasil age dessa maneira. Ele exibiu cópias do Livro de Instruções Codificadas, em que a direção do BB instrui seus gerentes a permitirem que seus clientes dos segmentos BB Corporate e BB Grandes Empresas possam se beneficiar da chamada "solução de pagamento", que nada mais é do que eximir o cliente do pagamento da CPMF, usando seus cheques diretamente na quitação de impostos ou outras despesas, sem depositá-los na conta corrente.

senador pediu informações à Receita Federal sobre a autuação de bancos comerciais devida à sonegação da CPMF e, sobretudo, se o Banco do Brasil está entre eles. O senador requereu também o montante global dessas autuações, bem como seu percentual em relação ao total de autuações de bancos.

A outra solicitação foi dirigida ao presidente do Banco do Brasil, Cássio Caleb, para que explique à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o conteúdo do Livro de Instruções Codificadas, suas normas de procedimento em relação a clientes especiais e as denúncias de que os gerentes do BB são instados, pela diretoria, a permitir a sonegação da CPMF.

Plenário deve votar cinco MPs para liberar a pauta

Primeira medida trata do recolhimento do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante

O Senado deverá votar amanhã o projeto de conversão (PLV 34/04) proveniente da medida provisória (MP 177/04) que estabelece procedimentos para o recolhimento eletrônico do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) e modifica percentuais de sua destinação. O adicional destina-se a estimular o desenvolvimento da Marinha Mercante e da indústria de construção e reparação naval que usa, para isso, o Fundo da Marinha Mercante. Variando de 10% a 40%, o adicional incide sobre o frete de qualquer mercadoria descarregada em porto brasileiro. Essa é a primeira das cinco medidas provisórias que estão trancando a pauta de votações da Casa.

Aprovado o primeiro item da pauta, os senadores poderão deliberar sobre o projeto de



AGENDA Projetos autorizando repasse de recursos da Cide e aumento do capital social do Banco do Brasil aguardam votação

conversão proveniente da medida provisória (MP 178/04) que autoriza o repasse antecipado de parte dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), o imposto cobrado sobre combustíveis, em caráter excepcional, para recuperação das rodovias federais que se encontram em estado de emergência ou de calamidade pública.

O terceiro projeto de conversão incluído na pauta refere-se à medida provisória (MP 179/04) que cria a conta corrente de depósito para investimento, isentando o investidor que trocar de aplicação do pagamen-

to da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Outra medida provisória (MP 180/04) abre crédito extraordinário de R\$ 1,4 bilhão para aumento do capital social do Banco do Brasil. A última medida provisória a ser votada (MP 181/04), sobre a qual foi elaborado projeto de conversão (PLV 37/04), autoriza a Eletrobrás a efetuar capitalização junto à Companhia Energética do Maranhão (Cemar).

Além das cinco medidas provisórias, outros sete itens integram a pauta da ordem do dia de amanhã.

Elifas defende grande pacto político

O senador Paulo Elifas (PMDB-RO) apelou ao Congresso para que discuta as questões reais e graves do país, votando projetos que aperfeiçoem a sociedade brasileira. Somente assim, disse, será possível criar condições para que o Executivo transforme em realidade as idéias aprovadas nas últimas eleições, cujo recado foi de esperança e mudança.

—O Congresso não pode perder tempo discutindo o caso Waldomiro, a estrela dos jardins do Palácio do Alvorada, se a CPI sai ou não sai. Ao fazê-lo, está se esquecendo da violência urbana, fome, desemprego e má distribuição de renda, que são os verdadeiros problemas.



OBJETIVO Violência, fome e desemprego são os verdadeiros problemas, afirma Paulo Elifas

Para Elifas, somente um grande pacto político, que impeça as diferenças pessoais e partidárias de bloquear a compreensão da realidade, será capaz de superar esse momento de crise, em que a violência ur-

bana e rural mais se parece a uma guerra civil não declarada, e o crescimento da produção coloca-se abaixo do crescimento vegetativo da população, segundo disse. Elifas ressaltou que o Brasil precisa construir sua agenda para o amanhã.

—Milhões de jovens estão entrando no mercado de trabalho e, em vez de engrossarem as estatísticas de produção, juntam-se aos números, já preocupantes, da grande massa desempregada.

Em aparte, Augusto Botelho (PDT-RR) elogiou o discurso de Elifas. Para Alvaro Dias (PSDB-PR), os senadores não podem se esquecer do que realmente se passa no interior do país.

CPI da Exploração Sexual realiza no Ceará a última audiência externa

A comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que investiga a exploração sexual de crianças e adolescentes estará amanhã no Ceará para sua última audiência externa. O debate vai tratar do turismo sexual e de outros casos que envolvem a prostituição infantil no estado. A reunião será na Assembleia Legislativa. A CPI é pre-

sidiada pela senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) - foto.

A relatora da comissão, deputada Maria do Rosário (PT-RS), anunciou que apresentará o parecer final em 15 de junho. Ela vai propor modificações na legislação para punir com mais rigor os agentes de menores para a prática da prostituição. O relatório tam-

bém exigirá uma ação mais firme da polícia para desbaratar as 241 rotas da prostituição.

Na última quarta-feira, a CPI ouviu, em Manaus (AM), depoimentos de mais de dez pessoas entre vítimas, testemunhas e autoridades. A delegada responsável pela Delegacia Especializada em Infância e Adolescência, Graça Sil-

va, revelou que o vice-governador do Amazonas, Omar Aziz, estava pressionando-a a repassar para ele informações relativas a inquéritos sob a guarda da delegacia.

A comissão deverá analisar medidas legais para assegurar a integridade das informações contidas nos processos. (Com informações da Agência Câmara.)



Lúcia Vânia elogia projeto que combate a obesidade

Senadora informa que doenças como diabetes e hipertensão já são diagnosticadas na infância

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) elogiou o projeto Escola Saudável, que objetiva estimular a alimentação associada à atividade física nas escolas de ensino fundamental de todo o país. A intenção é combater a obesidade infantil, que triplicou nas duas últimas décadas, informou. O programa é promovido pela Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (Sbem), Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), Associação Brasileira para Estudo da Obesidade (Abeso) e Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição do Departamento de



IDEAL Lúcia Vânia mostra que o Escola Saudável associa boa alimentação a exercícios

Nutrição da Universidade de Brasília (UnB).

– Uma vez que na infância estabelecem-se os hábitos alimentares, eleger a criança como prioridade para difundir os princípios da alimentação saudável e a escola como veículo para multiplicar tais informações vem atestar a seriedade da

proposta – afirmou.

O excesso de peso, informou Lúcia Vânia, atinge cerca de 15% das crianças brasileiras, sendo que 5% são obesas. O sobrepeso aumenta o risco de doenças como diabetes, hipertensão, infarto do miocárdio, derrame e câncer, entre outras.

Essas doenças, explicou a senadora, geralmente são encontradas em adultos, mas cada vez mais têm sido diagnosticadas mais cedo.

A causa das doenças, em todas as classes sociais, é o aumento do consumo de sanduíches, frituras e comidas gordurosas e industrializadas em detrimento de frutas e verduras.

A senadora apresentou voto de louvor ao projeto Escola Saudável e afirmou que, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida por ela, realizará audiência pública sobre a prevenção contra a obesidade.

Papaléo destaca indenização a fumante

Ao destacar os resultados de pesquisa realizada pela Universidade de Brasília (UnB) em 2003, segundo a qual os jovens brasileiros têm seu primeiro contato com o hábito de fumar, em média, aos 12 anos, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) ressaltou a importância de decisão judicial inédita que obriga a indústria do cigarro a indenizar fumantes e ex-fumantes do estado de São Paulo. De acordo com a decisão, a indústria omitiu “dados sobre os malefícios do fumo”.

– As indústrias do fumo, conforme a revista *IstoÉ Dinheiro*, estarão obrigadas a conceder indenizações acima de R\$ 50 bilhões – afirmou ele.

A ação foi impetrada há mais de oito anos pela Associação em Defesa da Saúde do Fumante (Adesf). Trata-se, segundo o senador, de uma organização



PREÇO ALTO Papaléo: indústria do fumo poderá pagar R\$ 50 bi a dependentes do tabaco

não-governamental instituída em 1994 com a finalidade específica de empreender uma verdadeira cruzada contra a indústria tabagista.

A associação, disse Papaléo, calculou o valor da indenização em R\$ 52,5 bilhões, porque levou em conta o valor mínimo

de R\$ 1,5 mil reais a cada ano que a pessoa passou fumando, desde 1990, quando foi aprovado o Código de Defesa do Consumidor. O cálculo refere-se a danos materiais, compreendendo o gasto com a aquisição do produto e o decorrente “dos constrangimentos impostos ao fumante”, por se ver “impedido, por exemplo, de entrar em um restaurante”.

Papaléo Paes acrescentou que a indústria do cigarro possui um histórico impressionante de vitórias nas ações contra ela, porque no início não existiam provas concretas dos males causados pelo fumo à saúde. Agora, assinalou o senador, esses malefícios são reconhecidos pela Organização Mundial da Saúde, levando o Ministério da Saúde a divulgar que “o cigarro provoca dependência, câncer e impotência”.

Incentivos à cultura e Bolsa-Atleta em discussão

A Comissão de Educação (CE) decidirá hoje, a partir das 11h, se aprova a criação da Bolsa-Atleta e mudança na lei que disciplina a concessão de incentivos fiscais à cultura. As propostas foram feitas, respectivamente, pelo então deputado e atual ministro dos Esportes, Agnelo Queiroz, e pelo ex-senador Luiz Pastore. A criação da Bolsa-Atleta tem parecer favorável do senador Osmar Dias (PDT-PR), e a proposta de Luiz Pas-



Osmar Dias é favorável à criação das bolsas, proposta por Agnelo

more também recebeu parecer favorável, do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ).

A comissão vai examinar ainda projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que garante privacidade aos usuários de programas de computador. Outro projeto de lei

incluído na pauta da reunião da comissão é o que extingue o instituto da lista tríplice para a escolha de reitores das universidades públicas.

Marcos Guerra homenageia vítimas de desabamento

O senador Marcos Guerra (PSDB-ES) encaminhou suas condolências aos familiares das oito pessoas que morreram no dia 8 deste mês, em Colatina (ES), vítimas do desabamento de um prédio construído na década de 80.

Segundo contou, o acidente ocorreu por volta das 16h de um sábado e foi ocasionado, pelo que demonstram as perícias feitas até agora, pelo deslizamento de um barranco.

O senador informou que a tragédia causou grande comoção



Marcos Guerra encaminha condolências a famílias de Colatina

na cidade, especialmente porque, entre os mortos, estava Anderson Leite Carvalho, de 15 anos, que passava pelo local na hora em que a terra começou a ceder e correu para avisar as pessoas, não tendo tempo para salvar a própria vida.

Marcos Guerra disse que o laudo definitivo das causas do desastre ainda não ficou pronto, mas existem indícios de que o desabamento teria sido provocado pelo rompimento de uma adutora.

José Jorge quer prioridade para ensino fundamental

O senador José Jorge (PFL-PE) voltou a cobrar na sexta-feira do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ações concretas que dêem um rumo à educação brasileira. Ele estranhou que até agora, apesar de decorridos 15 meses de governo, Lula não tenha dado prioridade à educação.

Segundo José Jorge, a cada dia o Ministério da Educação (MEC) lança um programa novo, o que dificulta ainda mais



José Jorge critica MEC por lançar “um programa novo a cada dia”

a qualquer brasileiro tentar descobrir a linha que o governo quer dar para o setor.

Por isso, José Jorge aconselhou o governo a dar prioridade ao ensino fundamental, com destaque para o fortalecimento pedagógico da 1ª e 2ª séries, em que as cri-

anças são, de fato, alfabetizadas. Com isso, afirmou, os alunos passariam a ter base para cursar as séries subsequentes com melhor aproveitamento.

Qualidade de vida no serviço público

Em parceria com o Instituto Brasileiro de Qualidade de Vida no Serviço Público (IBQV), o Senado Federal promove, amanhã, o fórum “Qualidade de Vida no Serviço Público – Transformando as Instituições”. O evento ocorre no Interlegis, das 8h às 18h.

Para participar basta encaminhar fax ou carta ou ir pessoalmente ao Programa de Quali-

dade de Vida e Reabilitação Funcional do Senado Federal ou à sede do IBQV. O telefone do Programa de Qualidade de Vida do Senado Federal é 311-4267.

Já no Auditório Petrônio Portella, também amanhã, das 11h às 13h e das 16h às 18h, o médico Augusto Vinholis falará sobre o tema “Longevidade do Ser Humano”.

Virgílio alerta para o risco de colapso de energia em Manaus

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) alertou para o risco de um colapso de energia em Manaus e no parque fabril da Zona Franca. O abastecimento de energia elétrica, já extremamente crítico, tende a se agravar, segundo o parlamentar, com o aumento da demanda no segundo semestre. Ele pediu em Plenário, na sessão de sexta-feira, providências imediatas por parte do governo federal para evitar a ameaça de apagão.

De acordo com Virgílio, desde o racionamento de energia no ano de 1997, pouco ou quase nada foi feito, a não ser uma portaria de 2003, da ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff. Na opinião do parlamentar, a iniciativa serve apenas para reconhecer a gravidade da situação.

A responsabilidade pela situação é principalmente do governo federal, no entendimento do senador. Ele informou que o abastecimento do mercado energético da capital do

Amazonas é de responsabilidade da Manaus Energia, subsidiária da Eletronorte, portanto, do governo federal. A companhia responde por 39% da energia da capital e mantém contratos com produtores independentes, que fornecem os 61% restantes.

Arthur Virgílio alegou que o Ministério de Minas e Energia vem adotando somente soluções paliativas, como a transferência de pequenas unidades geradoras, contratadas pela Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE). Essas unidades, informou, são instaladas inadequadamente em bairros populosos.

Para o senador, falta planejamento estratégico no setor elétrico do estado. Exemplo disso, citou, foi a licitação programada pela Manaus Energia, mas suspensa por liminar, dando liberdade de escolha dos locais de instalação de usinas. Segundo Virgílio, a pulverização das usinas torna inviável a utilização do gás natural.

Capiberibe pede recursos do FNO para a Amazônia

O senador João Capiberibe (PSB-AP) propôs ao ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, que o governo direcione metade dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) para projetos sustentáveis não madeireiros como alternativa para a preservação da Amazônia. O senador explicou que o governo também deveria desenvolver, com recursos do FNO, um programa de financiamento da cadeia produtiva de recursos madeireiros, atividade que hoje possui tecnologia para manejo racional das florestas, sem depredação do meio ambiente.

Capiberibe exortou os senadores a pensarem em um modelo de desenvolvimento que ajude a preservar o patrimônio ambiental do país. Ele ilustrou os resultados que podem ser alcançados com a experiência bem-sucedida da empresa de cosméticos e perfumes Natura com os castanheiros da região do Rio Iratapuru, no sul do Amapá. A aquisição pela Natura de castanhas e resinas naturais permitiu, segundo o se-



EXEMPLO Capiberibe diz que empresas como a Natura preservam a região

nador, que os castanheiros da área, que viviam em sistema de semi-escravidão, constituíam-se cooperativa, cuidando desde a coleta até a industrialização e comercialização do produto.

A Natura, segundo o senador, está entrando com suas ações na bolsa de valores como uma empresa compromissada com a preservação ambiental.

João Capiberibe disse que conversou com o ministro Ciro Gomes porque o governo tem diretrizes para o desenvolvimento da Amazônia, mas não tem projetos.

CPI vai pedir solução de conflitos rurais no Pará

Parlamentares da comissão visitaram o estado onde ocorrem 40% do total das mortes no campo



Fotos: Célio Azevedo

APURAÇÃO Alvaro Dias preside a CPI que faz diagnóstico sobre a estrutura fundiária do país

A CPI da Terra, presidida pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), vai solicitar ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, providências para solucionar os conflitos rurais no Pará, que tornam o estado o mais violento na luta pela posse da terra. Lá ocorrem 40% das mortes no campo registradas em todo o país. Os senadores e deputados que integram a comissão vão pedir a inclusão de trabalhadores rurais ameaçados de morte no programa federal de proteção a testemunhas. No Pará há também muita incidência de trabalho escravo.

Os integrantes da comissão estiveram no estado nos últimos dias 26 e 27. Durante a visita, os parlamentares da CPI foram a um acampamento de

sem-terra e a um assentamento em Eldorado dos Carajás, tomaram depoimentos reservados e realizaram três audiências públicas em Marabá, Altamira e Belém.

A Comissão de Inquérito pedirá ao governador do Pará, Simão Jatene (PSDB), a participação da Secretaria de Segurança Pública na proteção aos ameaçados, além da colaboração do Instituto de Terras do estado (Iterpa) com o Incra nos traba-

lhos de demarcação de terras públicas para posterior assentamento de trabalhadores rurais sem terra.

Na visita ao estado, os integrantes da CPI constataram que, no sul, a estratégia militar de ocupação da Amazônia na década de 70 provocou desmatamento e transformou a região em uma área de assassinatos decorrentes dos conflitos entre grandes fazendeiros e antigos ocupantes das terras – trabalhadores rurais, pequenos posseiros e índios. De 759 assassinatos cometidos no Pará entre 1971 e 2003, 419 ocorreram nessa região, que abrange 39 municípios. Apenas sete casos foram julgados, segundo o advogado José Batista Gonçalves, da CPT de Marabá.

Participaram da visita os senadores Alvaro Dias (PSDB-PR), Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Sibá Machado (PT-AC), e os deputados Jamil Murad (PCdoB-SP), Zé Geraldo (PT-CE), Josué Bengtson (PTB-PA) e João Alfredo (PT-CE), relator.

Alvaro alerta para risco de novo massacre no estado

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) alertou na sexta-feira, em pronunciamento no Plenário, para a ameaça de uma nova tragédia na região de Eldorado dos Carajás (PA), onde há oito anos um massacre de 23 trabalhadores sem terra mobilizou a opinião pública internacional. A 12 quilômetros do local do conflito, relatou, 1.100 famílias ameaçam resistir até a morte na ocupação de uma fazenda que teve a reintegração de posse determinada pela Justiça.

Alvaro pediu ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que se informe sobre os fatos e tome as providências necessárias para evitar novo confronto. O senador ressaltou que o governador do Pará, Simão Jatene, está diante do impasse de cumprir uma determinação judicial que pode provocar a morte de trabalhadores e de suas famílias.

– Estamos alertando as autoridades federais e do Pará para

a iminência de uma nova tragédia que tem que ser evitada a qualquer custo, sob pena de a imagem de nosso país ficar definitivamente comprometida – assinalou Alvaro Dias.

O senador pediu pressa ao Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (Incra) na elaboração de um laudo conclusivo a respeito da fazenda ocupada, que, apesar de produtiva, incluiria também terras ilegais e improdutivas que poderiam ser destinadas aos trabalhadores sem terra.

Em aparte, o senador Paulo Elifas (PMDB-RO) chamou a atenção para o sucateamento do Incra e o abandono da Amazônia. Augusto Botelho (PDT-RR) disse esperar que o governo federal ouça o alerta de Alvaro Dias. Alberto Silva (PMDB-PI) relatou que, no Piauí, um novo modelo de reforma agrária tem permitido aos lavradores obter, pela utilização de apenas 1 hectare, renda média de R\$ 500 por mês.

Comissão analisa conflitos fundiários

A Comissão Temporária Externa de Questões Fundiárias promove reunião na quarta-feira, a partir das 17h, para discutir relatório parcial elaborado sobre o estado de Mato Grosso Sul. O colegiado promoveu 12 audiências públicas para discutir a questão, sendo que quatro delas ocorreram nos estados de Roraima, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rondônia.

Em Roraima foram debatidas soluções para a demarcação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol. A criação da área indígena gera polêmica e o maior ponto de discórdia é se a reserva deve ser demarcada de modo contínuo ou não.

Outro conflito discutido pela comissão foi o massacre de 34 garimpeiros na reserva Roosevelt, em Rondônia. Nas audiências públicas sobre o tema, foram ouvidos Ivo Cassol, governador do estado, Walter Bloss, coordenador da Fundação Nacional do Índio (Funai), garimpeiros e índios.

De cada dez fumantes, oito querem se livrar do vício, segundo dados do Instituto Nacional do Câncer. Desses, 97% precisam de apoio médico para parar de fumar e apenas um pequeno grupo consegue atingir o objetivo sozinho

Disque Pare de Fumar
0800 703-7033



Pare de fumar no Dia Mundial sem Tabaco

Os países membros da Organização Mundial da Saúde (OMS) comemoram hoje o Dia Mundial sem Tabaco. Este ano, a OMS pretende chamar a atenção para as relações entre o fumo e o aumento da pobreza, principalmente nos países em desenvolvimento, como o Brasil.

O tabagismo gera nesses países prejuízo de mais de US\$

100 bilhões por ano. O cálculo, feito pelo Banco Mundial, leva em consideração fatores relacionados ao fumo, como o custo no tratamento das doenças, mortes de cidadãos em idade produtiva, maior número de aposentadorias precoces, aumento no índice de faltas ao trabalho e menor rendimento produtivo.

Cerca de 200 mil pessoas

morrem por ano no Brasil em consequência do tabagismo, conforme demonstra estudo da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) realizado em 2002.

Para marcar a data, o **Especial Cidadania** de hoje aponta os malefícios do cigarro e reúne programas para o tratamento daqueles que pretendem abandonar o vício.

Vício do fumo é epidemia global

O tabagismo é uma doença causada pela dependência de nicotina, droga que causa euforia e começa a atuar no sistema nervoso central nove segundos depois da primeira tragada, informa o Instituto Nacional do Câncer (Inca). A doença é considerada pela Organização Mundial da Saúde uma epidemia global.

Existem cerca de 4.700 toxinas na fumaça do cigarro, como o alcatrão e o monóxido de carbono, além de algumas substâncias utilizadas na fabricação de venenos contra ratos e outras encontradas em motores de automóveis. Pesquisas publicadas em todo o mundo relacionam o fumo a mais de 50 doenças, como cân-

cer e distúrbios respiratórios e cardiovasculares crônicos.

De acordo com o chefe da Divisão de Tabagismo do Inca, Ricardo Meirelles, 80% das pessoas que fumam pretendem parar. Dessas, apenas 3% conseguem abandonar o vício sozinhas. "Nós temos de dar apoio aos 97% restantes", afirmou.

Poucos municípios adotam lei que proíbe cigarro em local público

Uma das principais normas que regulam o uso e a propagação de tabaco no Brasil é a chamada Lei Murad (9.294/96). O texto proíbe o consumo de cigarros e derivados em lugares públicos, exceto em espaços determinados, os chamados fumódromos. Para o cumprimento da medida será necessária sua regulamentação pelos municípios. A proibição está em vigor em poucas cidades, como Ribeirão Preto e Brasília, onde os departamentos de vigilância sanitária têm realizado campanhas educativas em restaurantes, bares e repartições públicas, para informar a população sobre a determinação e as penalidades pelo seu descumprimento.

A Lei Murad prevê ainda critérios para a propaganda de tabaco, que, entre os jovens, é um dos principais fatores que induzem ao fumo, de acordo com estudos do Ministério da Saúde. A legislação estabelece que as peças publicitárias não devem induzir ao consumo exagerado, atribuir aos produtos sensação de bem-estar ou saúde, ou associá-los a celebrações cívicas ou religiosas, tampouco à prática de esportes ou situações perigosas. Além disso, obriga que as embalagens e os cartazes de propaganda dos produtos contendam advertências sobre os malefícios do fumo.

Há quatro anos, a legislação ficou mais rígida após a edição de nova regra (Lei 10.167/00). Foram proibidos o consumo de cigarros em aeronaves e nos veículos de transporte coletivo, a venda dos derivados de tabaco em estabelecimentos de saúde e de ensino, e a participação de crianças e

adolescentes nas peças publicitárias desses produtos. A norma também tornou ilegal a divulgação dos derivados do tabaco em revistas, jornais, emissoras de rádio, outdoors, Internet e televisão, inclusive a propaganda indireta, mais conhecida como *merchandising*. Impediu ainda que companhias de cigarro patrocinem eventos esportivos nacionais e internacionais.

Esse ponto do texto foi alterado no ano passado, quando a lei original sofreu atualização (Lei 10.702/03). A nova determinação estabelece que a proibição para patrocínio desses eventos só entraria em vigor a partir de setembro de 2005, para permitir a realização no Brasil do Grande Prêmio de Fórmula 1 em 2003, já que várias equipes eram patrocinadas por companhias de cigarro.

Advertências

Outras medidas importantes no combate ao fumo são duas resoluções (RDC 104/01 e 14/03) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Elas obrigam a publicação de advertências, nos maços de cigarro, com imagens determinadas pelo Ministério da Saúde que ilustram os prejuízos do fumo, além da divulgação do telefone do Disque Pare de Fumar. Em vigor desde fevereiro de 2002, a iniciativa trouxe resultados positivos. De acordo com pesquisa do Instituto Datafolha realizada quatro meses depois do início da veiculação das imagens, 54% dos fumantes com mais de 18 anos disseram ter mudado de idéia sobre as consequências do fumo para a saúde por conta das figuras e 67% deles sentiram vontade de abandonar o vício.

Métodos para largar o cigarro

A nicotina é uma droga com alto grau de dependência. Por isso, é fundamental que o fumante esteja determinado a abandonar o vício. O Instituto Nacional do Câncer (Inca) indica os seguintes métodos a quem pretende parar de fumar:

Parada imediata

A pessoa marca uma data e, a partir desse dia, não fuma mais nenhum cigarro. Essa deve ser sempre sua primeira opção. O fumante deve ter em mente que os sintomas da síndrome de abstinência desaparecem em cerca de duas semanas.

Redução de cigarros

A pessoa diminui gradualmente o número de cigarros que fuma. Por exemplo: se fumar 30 cigarros por dia, consome os 30 cigarros usuais no primeiro dia. No segundo, reduz para 25. No terceiro, para 20, de forma que o sétimo dia seja o primeiro sem cigarros.

Retardar o consumo

A pessoa atrasa gradualmente a hora do primeiro cigarro. Se começa a fumar às 9h, atrasa para as 11h em um dia, para as 13h no dia seguinte, de forma que o sétimo dia seja a data para deixar de fumar.

Caso não consiga parar de fumar sozinho, procure orientação médica.

Fonte: Inca

SUS oferece tratamento gratuito

O Sistema Único de Saúde (SUS) oferece atendimento gratuito aos que pretendem parar de fumar, inclusive com o uso de medicamentos ministrados em forma de adesivos e gomas de mascar com nicotina. Nos casos em que o paciente apresenta alto grau de dependência, são usados antidepressivos à base de bupropiona, informou o chefe da Divisão de Tabagismo do Inca, Ricardo Meirelles. Hoje, aproximadamente 80 unidades do SUS oferecem esse tipo de tra-

tamento, mas somente seis delas, os Centros de Referência em Abordagem e Tratamento do Fumante, fornecem medicamentos gratuitamente. Nas demais unidades, a terapia é baseada em sessões em que profissionais treinados pelo Inca ajudam os fumantes a identificar situações que os levam a fumar e a conviver com elas. Conforme Meirelles, entre 30% e 40% dos que participam de todo o processo, que dura um ano, param de fumar definitivamente.

Existem ainda métodos alternativos que auxiliam no tratamento, como as piteiras de redução de nicotina, a acupuntura e a laserterapia. Não há estudos reconhecidos pela OMS que comprovem a eficácia desses métodos, mas eles não são contra-indicados pelo Ministério da Saúde.

Para obter informações sobre unidades do SUS que oferecem o tratamento, basta telefonar, gratuitamente, para o Disque Pare de Fumar, número 0800 703-7033.

Projetos em tramitação

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado deve votar ainda este ano o projeto (PDS 602/04) que aprova o primeiro tratado internacional para o controle do fumo, elaborado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O documento, chamado Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, fixa padrões internacionais para o controle do cigarro e derivados, com providências relacionadas à propaganda e ao patrocínio, à política de impostos e preços, à rotulagem, ao comércio ilícito e ao tabagismo passivo. O projeto foi aprovado no último dia 14 pela Câmara dos Deputados.

Estão ainda no Senado o projeto que proíbe o incentivo fiscal à indústria tabagista (PLC 53/03) e a proposta que cria taxa de 10% sobre a venda de produtos que contêm nicotina e destina os recursos ao incentivo do esporte amador (PLS 166/96).

Na Câmara, duas propostas estão prontas para o exame em Plenário. A primeira (PL 7.505/02) proíbe a fabricação e instalação de máquinas automáticas destinadas à venda de cigarros, e a segunda (PL 253/03) fixa os teores máximos de alcatrão, nicotina e monóxido de carbono para cigarros produzidos no Brasil.